

Qual a conexão entre processo produtivo e qualificação da força de trabalho? Eis um debate que tem merecido um questionamento constante dos estudiosos tanto do Sistema Educacional quanto da Sociologia do Trabalho!

As necessidades de qualificação levantadas pelo capitalismo tardio, que se deixam ver com clareza através do fenômeno da reciclagem, estão na origem do conceito de educação permanente — mesmo que educadores idealistas que empenharam no seu desenvolvimento só pretendem, por vezes, ver o seu lado cultural. O fenômeno da reciclagem colocou em foco a incapacidade do sistema educacional de suprir as necessidades do mercado de trabalho e fez ver a urgência das empresas na busca de mecanismos que assegurassem a qualificação exigida pelo processo de produção e de reprodução do capital.

Deverá a educação permanente, originada em tais exigências do mundo de hoje, ser pensada fundamentalmente em função da resposta que pretende dar ao sistema produtivo? Ou ao contrário, deverá ser pensada fundamentalmente como processo capaz de atender aos anseios de enriquecimento cultural dos homens que nele vivem?



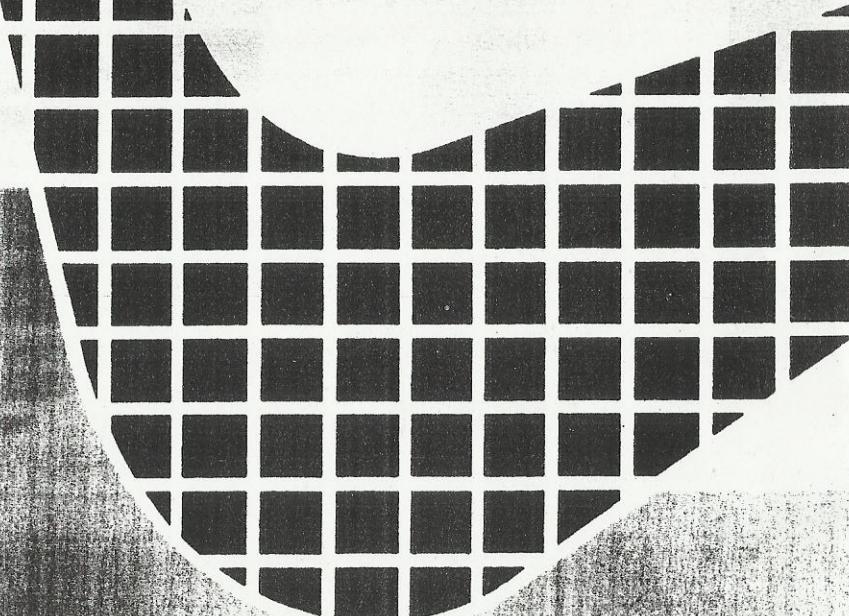
CORTEZ  
EDITORA

EDITORA  
AUTORES  
ASSOCIADOS

Rua Bartira, 387 — Perdizes — 05009 — São Paulo — SP  
Tel.: (011) 864-0111

Vânia Paiva  
Henrique Rattner

# Educação Permanente & Capitalismo Tardio



CORTEZ  
EDITORA

EDITORA  
AUTORES  
ASSOCIADOS

Paiva, Vanilda; Rattner Henrique – **Educação Permanente e Capitalismo Tardio** – São Paulo: Cortez Editora, 1985.

#### 4. EDUCAÇÃO PERMANENTE E CAPITALISMO TARDIO

A identificação da inovação tecnológica como a principal fonte de lucro suplementar no capitalismo tardio, bem como a revisão bibliográfica do item anterior, nos permitem afirmar que a **reciclagem** dos trabalhadores em função da renovação do capital fixo é uma necessidade para as firmas capazes de resistir e sobreviver dentro das condições de competição do mercado nos países centrais. As pesquisas mencionadas mostram que a automação se processa com velocidade menor do que se imagina. No entanto,

a própria dinâmica do capitalismo tardio, a intensa centralização de capital que nele se observa, indica que a tendência dessa velocidade é crescer. A reciclagem, que até os anos 50 aparecia como um fenômeno quase que exclusivamente ligado à indústria, tornou-se necessária também nos setores primário e especialmente no terciário, à medida que capitais altamente centralizados voltam-se para tais setores da economia.

É certamente a reciclagem o ponto de partida para o surgimento e desdobramento da idéia de educação permanente. Esta, porém, não pretende restringir-se à reciclagem; se apresenta como uma forma de pensar os problemas educacionais colocados também por outras características do capitalismo tardio, como o tempo livre ou a extensão de escolaridade. No entanto, a sua conexão com a produção é dada pela reciclagem. Este foi o fenômeno que chamou a atenção dos educadores para o fato de que o sistema educacional não era capaz de suprir o mercado com a força de trabalho adequada às atividades industriais dos nossos dias. Esta constatação deu origem, por um lado, à consideração da reciclagem como uma anomalia a ser corrigida por uma ampla reforma do ensino (como propõe Jánossy) e, por outro, à convicção de que nem toda a educação dos nossos dias poderia ser realizada pelo sistema educacional tradicional, impondo-se pensar a educação dentro de uma perspectiva mais ampla: a da educação permanente.

Enquanto reciclagem a educação aparece como um momento muito claro do processo de produção e reprodução do capital: seus custos tornam-se produtivos na medida em que se mostram diretamente necessários à produção. Não faria parte da lógica do capital passá-los ao Estado, socializando os custos da reciclagem dos trabalhadores? Coloca-se então a questão: até que ponto seria possível a absorção de tais exigências pelo sistema educacional? Ou em outras palavras, até que ponto o sistema educacional pode servir ao mercado de trabalho de modo a que haja total adequação entre o processo de trabalho e o processo de utilização da força de trabalho? Em que medida esta força de trabalho pode ser formada de modo a tornar-se utilizável "sem fricção"? (Roth & Kanzon, 1969: 394). O fracasso dos planos educacionais, que na maior parte dos casos enfatizaram a educação técnica e politécnica, nos tem mostrado que tal adequação é difícil em geral e mais difícil ainda quando se pretende atender as demandas muito específicas: o tempo exigido pela formação através do sistema de educação formal é maior que aquele que o mercado pode esperar pela força de trabalho de que necessita. Além do mais, os operadores para maquinaria ultramoderna só podem ser preparados onde tais máquinas existem, ou seja, na fábrica que promove a modernização da tecnologia empregada. A preparação desta força de trabalho exige a presença de pessoal especializado que a fábrica em geral possui em seus quadros, mas que raramente se encontra

na escola. Em síntese: muitos são os motivos pelos quais é mais fácil e vantajoso para as empresas promover diretamente a reciclagem do que pretender que uma reforma educacional resolva seus problemas de treinamento da força de trabalho. Há outras formas mais fáceis de socializar os custos do treinamento do que a reforma da educação. Para isso basta o Estado permitir que as firmas que treinam seus trabalhadores para poder melhor utilizá-los deduzam dos impostos a pagar os recursos que aplicaram na reciclagem.

Significaria isso que a reforma educacional não interessa aos empresários da "era da automação"? Há evidências de que a reforma educacional interessa não como instrumento para a formação especializada da força de trabalho (porque as especializações requeridas modificaram-se e as novas podem ser adquiridas por meio de reciclagem), mas como instrumento para aumentar a disponibilidade de cada um para "reaprender", tornando possível diminuir as resistências à reciclagem e facilitar a adaptação a novas situações de trabalho. Assim, interessa a difusão da educação geral e da educação politécnica, que permitem ampla "flexibilidade" profissional, apresentando-se a educação politécnica neste caso menos como resultado de uma exigência de qualificação do que como parte de uma educação geral abrangente através da qual são transmitidos conhecimentos básicos hoje necessários à produção e à circulação das mercadorias. Estes conhecimentos básicos

não se referem necessariamente a informações fundamentais nos campos científico e tecnológico, mas têm a ver com a aprendizagem do idioma, de um pouco de matemática e de conhecimento sobre a vida moderna bem como das técnicas mais gerais da comunicação que constituem a base da flexibilidade das qualificações individuais. Interessa a difusão de qualidades de comportamento que se ligam à disposição psíquica e social para aceitar modificações na própria capacidade de trabalho que são impostas pela racionalidade da utilização do capital (Otten, 1973: 114). A reciclagem e a adaptação a novas formas de trabalho podem ser facilitadas pela disposição de "aprender a aprender", ou seja, por aquilo que classicamente é apresentado como o fundamento da educação permanente.

Estas considerações são válidas, porém, não apenas no que concerne à força de trabalho requerida pela indústria. Com a penetração do capital em grande escala na agricultura e nos serviços também aí introduziram-se novas formas de organização e tecnologia moderna que exigem disponibilidade do trabalhador para se adaptar a novas formas de trabalho e para aprender a qualificação necessária a tal adaptação. A disponibilidade para aprender deve estar presente também em função do consumo, na medida em que as mercadorias são substituídas no mercado por outras mais sofisticadas e cuja utilização depende, muitas vezes, de um processo de aprendizagem para a própria utilização (como, por exemplo, no caso de comidas semi-

preparadas ou de aparelhos elétricos ou eletrônicos de uso individual). Tal disponibilidade passa a ser requerida, por vezes, até mesmo para que seja possível comprar, na medida em que se introduzem máquinas para venda direta ao consumidor (como no caso das máquinas automáticas para venda de objetos pequenos ou de passagens para transportes coletivos).

Nascendo o conceito de educação permanente ligado às necessidades colocadas pela produção e circulação de mercadorias na fase tardia do capitalismo, na qual a automação se propaga passo a passo (derivando, portanto, da necessidade de reciclagem e da disponibilidade para "aprender a aprender"), como devemos interpretar aquilo que, em linguagem pedagógica, se apresenta como dois aspectos centrais de tal educação: educar o homem como produtor e como consumidor? Se o produtor deve atender às necessidades da produção, tal educação terminará por transmitir aquelas virtudes obreiras almejadas por todos os patrões e que parecem especialmente relevantes no mundo da automação: atenção, responsabilidade, disponibilidade psíquica para aceitar as modificações provocadas no trabalho pela introdução de tecnologia mais avançada. Neste caso, ela facilmente aparece como uma educação que facilita a utilização da força de trabalho pelo capital altamente centralizado. O que poderia ser, então, a educação do homem como consumidor? Ou ela é uma educação destinada a facilitar o consumo (difundindo os conhecimentos necessários à utilização

adequada de novos produtos), apresentando-se como uma educação que se coloca a serviço da reprodução do capital, ou ela pretende ser uma educação para a defesa do consumidor contra as imposições da sociedade de consumo suposta pela automação. Certamente que, neste último caso, manifestar-se-ia o lado potencialmente emancipador de qualquer educação e que reflete, em última instância, as contradições inerentes ao próprio modo de produção capitalista. No entanto, ela se constituiria um obstáculo ao movimento do capital e estaria em contradição com o que pretende ser a "educação do produtor".

Cabe-nos aqui, no entanto, abordar o tema da educação permanente em conexão com a discussão sobre automação/qualificação. A tese de Mandel parece-nos correta: a qualificação média da força de trabalho cresce com a automação de forma absoluta mas decresce de forma relativa ao volume de conhecimentos da sociedade. Se a educação permanente deriva em primeira instância das exigências colocadas à qualificação da força de trabalho pela automação (ou seja, da reciclagem), ela contribui para elevar de forma absoluta a qualificação média dessa força de trabalho. No entanto, tal contribuição não se faz puramente através da reciclagem mas também de outras formas de organização de tal educação. O nível de sua contribuição, no entanto, determina-se pela riqueza da sociedade, da qual depende a difusão de todas as formas de educação. Mas se a contribuição quantitativa da educação permanente

pode ser restrita, o seu conteúdo pode ser de extrema relevância na medida em que ela transmite conhecimentos novos, necessários à reprodução ampliada da sociedade que lhe deu origem.

## BIBLIOGRAFIA

- BAETHGE, Martin et alii. *Produktion und Qualification*. Göttingen, 1971.
- BLAUNER, Robert. *Alienation and freedom*. Chicago, 1964.
- BRIGHT, James R. *Automation and management*. Boston, 1958.
- \_\_\_\_\_. Does automation raise skill requirements? In: *Harvard Business Review*, vol. 36, n.º 4, jul.-ag./1958.
- \_\_\_\_\_. Lohnfindung an modernen Arbeitsplätzen in den USA. In: *Automation und technischer Fortschritt in Deutschland und in der USA*. Frankfurt/M, Europäische Verlagsanstalt, 1963.
- DUMAZEDIER, Joffre. *Vers une civilisation du loisir?* Paris, Seuil, 1962.
- FRIEDMANN, Georges. *Où va le travail humain?* Paris, Gallimard, 1950.
- \_\_\_\_\_. *Problèmes humaines du machinisme industriel*. 2.ª ed., Paris, Gallimard, 1951.
- \_\_\_\_\_. & NAVILLE, Pierre. *Traité de sociologie du travail*. Paris, Armand Colin, 1961-2. Tradução brasileira: *Tratado de sociologia do trabalho*. São Paulo, Cultrix, 1973.
- HARTUNG, Henai. *Pour une éducation permanente*. Paris, Fayard, 1966.
- JANOSSY, Franz. *Dans Ende der Wirtschaftswunder*. Frankfurt/M, Verlag Neue Kritik, 1966.
- KERN, Hörst & SCHUMANN, Michael. *Industrie-arbeit und Arbeiterbewusstsein*. Frankfurt/M, 1970.

- Technischer Wandel und industrielle Arbeit bei tendenzieller Polarisierung der mittleren Qualifikationen. In: HEGELHEIMER, Armin (Org.). *Texte zur Bildungsökonomie*. Frankfurt/M, Verlag Ullstein, 1974.
- MANDEL, Ernest. *Der Spätkapitalismus*. Frankfurt/M, Suhrkamp Verlag, 1972.
- MARX, Karl. *Das Kapital*. Berlim, MEGA, Dietz Verlag, 1973.
- NAVILLE, Pierre. *Essai sur la qualification du travail*. Paris, Marcel Rivière/CNRS, 1956.
- *Le nouveau Leviathan; de l'alienation à la jouissance. La génèse de la sociologie du travail chez Marx et Engels*. Paris, Anthropos, 1957.
- *Vues préliminaires sur les conséquences du développement de l'automation pour la main d'œuvre industrielle*. In *Cahiers d'études de l'automation*. Paris, Marcel Ravière, 1958.
- *L'automation et le travail humain*. Paris, CNRS, 1961.
- *Vers l'automatisme social? (Problèmes du travail et de l'automation)*. Paris, Gallimard, 1963.
- *Théorie de l'orientation professionnelle*. Paris, Gallimard, 1972.
- OTTEN, Dieter. *Kapitalentwicklung und Qualifikationsentwicklung*. Berlim, Rossa Verlagskooperative, 1973.
- PAIVA, Vanilda. Resenha. In: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, MEC/INEP, n.º 113, vol. 51, jan.-mar./1969.
- RICHTA, Radovan (Org.). *Richta-Report. Politische Ökonomie des XX Jahrhunderts*. Frankfurt/M, Makol Verlag, 1971.
- ROTH, Karl Heinz & KANZOW, Eckhard. *Unwissen als Ohnmacht*. Berlim, Voltaire, 1969.
- TOURAIN, Alain. *L'évolution du travail ouvrier aux usines Renault*. Paris, CNRS, 1955.

## EDUCAÇÃO PERMANENTE NA ERA DA INFORMÁTICA

HENRIQUE RATTNER  
FEA/USP

O debate sobre a educação permanente tem-se polarizado em função de duas posições doutrinárias bem distintas: por um lado, encontram-se os defensores do paradigma de "recursos humanos" para o desenvolvimento e da economia da educação, associados aos tecnocratas preocupados com o planejamento, a fim de alimentar o sistema de produção com mais um "insumo", alinhando-se no outro lado os idealistas voluntaristas que encaram a educação como o instrumento predileto de democratização, de mudança social e de realização pessoal. A polêmica ressurgiu na década de 80, com o avanço impetuoso de tecnologias derivadas da microeletrônica (comando numérico, automação, computerização em geral, na indústria e nos serviços) em função de seus impactos sobre o nível de emprego, qualificação e desqualificação de certos segmentos da força de trabalho, bem como seus requisitos em termos de reorganização do lay-out das plantas, dos sistemas e hierarquias técnicas e administrativas, das comunicações internas à empresa, etc.

A teoria do capital humano, encarando a produtividade como função derivada da formação e qualificação profissionais, procura justi-